

RUINHA

mesa
posta

5





Viver a Cidade

Virgínia Fróis

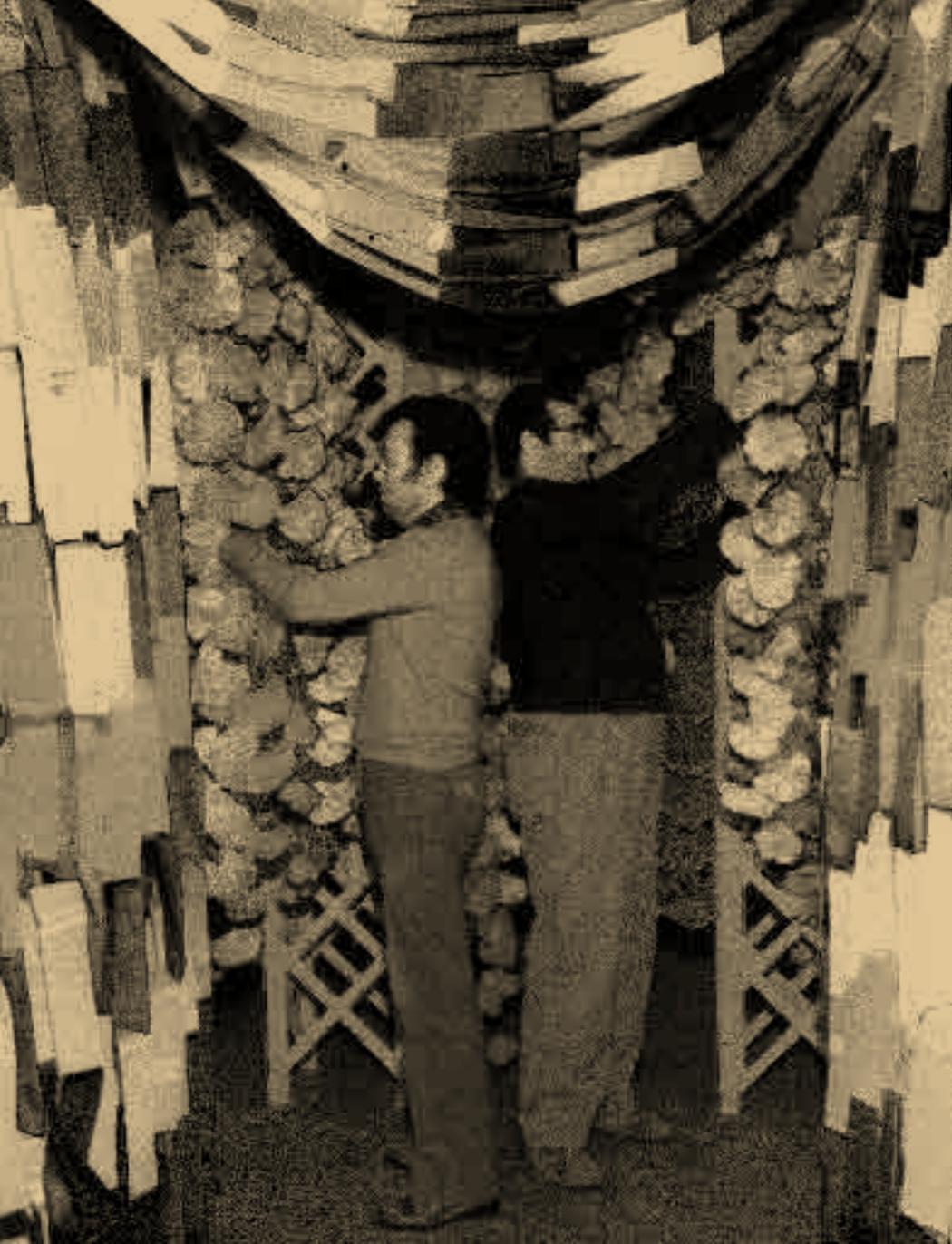
Fazer nossa a Cidade

Viver será deslizar no tempo, nas referências que as paisagens produzem em nós, ficções, imaginações. No acto de percorrer os lugares estabelecem-se conexões entre o real e as nossas memórias. *Sentir* o irregular das pedras que os nossos pés tateiam com cuidado. Sobrepostas as pedras e os passos, o tempo e as vidas já vividas. *Parar* muitas vezes e olhar, um espelho que nos devolve a densidade de existir, o aqui agora.

Ver.

Como é que a cidade move o nosso pensamento e propõe um trânsito do visível para o invisível? O filósofo José Gil, falava a propósito do *Livro do desassossego* de Bernardo Soares (um outro) de uma névoa sobre as paisagens que nos permitem ver para além do real, como a nossa imagem num espelho nos permite aceder ao duplo que existe em nós. Uma emoção breve, um pulo para o virtual. Por um momento breve o passado e o futuro agora. Emoções... um ver para além de. Por um momento uma visão interior. Pensamos com visões? *

(*) *A partir da frase final O artista pensa com visões, proferida por José Gil*
Colóquio "O dia Triunfal de Fernando Pessoa" FCG, 03/2014



MESTRE LAI *

e a Festa das Flores na Ruinha

* Sr. Desidério Joaquim Sampaio Barreiros

Verónica Conte, entrevista dada a 20/05/2015

Encontrei o Mestre Lai pela primeira vez no Lar da Santa Casa da Misericórdia. Estava já sentado de “sentinela à minha espera, para me ver chegar”. Tinha combinado com o filho que levaria fotos da Ruinha enfeitada.

Numa viagem aos Santos Populares dos anos 1983 e 1984, vimos a decoração com arcos de flores de papel de seda, segundo sua ideia e colaboração de toda a vizinhança na execução das flores e aquisição do

papel. Depois, passeamos juntos, do Lar à Ruinha, e estudamos as fachadas nº30, 32 e 44. Vimos no computador imagens de esgrafitos de Évora, Montemor-o-Novo e Parati (Brasil). Um autêntico parceiro de trabalho. Num outro encontro o Mestre trouxe um desenho com flores, uma referência às flores de papel, e um poema, em torno da sua vivência na Ruinha, bases para desenvolver um desenho a colocar na fachada daquela que foi a sua casa, o numero 32 no âmbito da acção Vivercor Corabitando.

Mais tarde, na casa, o mestre mostrou-me miniaturas de madeira, emblemas de flores, brincadeiras de Carnaval, poemas seus. Aprendi a



fazer flores de papel¹, e acabou por me emprestar as chaves da casa para colocar nela o meu material de trabalho para Vivercor. Hoje fui ter com ele "à dos Peixes" para saber melhor como decorreu a Ruinha de flores de papel nos anos de 83 e 84.

- Mestre conte-me.

- Eu fui a Campo Maior uma vez e tive esta ideia, de fazer isto, porque estive lá a ver. Na altura não chamávamos projecto, não havia projectos como há agora, mas isto foi um projecto.

- Como foi convencer as pessoas a colaborar?

- Como foi então, foi eu ter a ideia de fazer aquilo ali e falei com as vizinhas da rua, se concordavam em contribuir com o trabalhinho e a ajuda para o papel. Nessa altura não sabia o que ia acontecer com a Camara Municipal. Mas a Câmara ofereceu ajuda no material mais caro, como varas, arames, as vizinhas contribuíram com o trabalhinho de abrir as flores nas horas vagas. E arranjei alguns rapazes meus conhecidos, que hoje ainda estão vivos, e com eles conseguimos cortar papel e dar às vizinhas para depois montar... eram aos moitões de flores... Com esses rapazes íamos com as caixas de flores da Ruinha para uma sala disponibilizada pela Camara, aí atávamos as flores para fazer cordões

que no final foram transportados por tractores para a Ruinha, para montar no arame já na rua. As flores não podem ir em moitão porque se enleiam.

- E quem foram esses rapazes?

- Colaboraram também na montagem das flores nas estruturas na rua: Amável Sampaio, António Manuel Bexiga, Manuel Margarina, e o Tomás Pinto.

- Foi fácil convencer as vizinhas?

- Foi fácil. Tudo boa gente. Toda a gente contribuiu e tínhamos à nossa porta um lanchezinho. Aquela rua era uma rua de gente familiar. Uma família a bem dizer. É verdade e foi assim que se fizeram festas que hoje já não existem. As vizinhas todas faziam os lanches. Quando fizemos a inauguração da primeira rua enfeitada, havia a meio da rua uma mesa posta com aperitivos e coisas boas à disposição de todos. A rua estava vazia e depois entrava a tocar a Banda da Carlista (da Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense) e as pessoas atrás da Banda. Estiveram presentes, além de toda a rua, também a Fanfarra dos Bombeiros, Fernando Cruz (então Presidente da Câmara) e alguns Vereadores.

- Qual foi a reacção das pessoas?

¹ ver [facebook/vivercor](https://www.facebook.com/vivercor) corabitando

- A reacção das pessoas que lá iam... foi o melhor que recebi. Muitos, muitos abraços e parabéns de muita gente. Eu nunca mais me esqueço. Tinha um livrinho das pessoas a dar os parabéns. Ainda tenho que lho mostrar...

- Havemos de o ver juntos. Mestre, diga-me outra coisa, e o que mudou em si depois da Ruinha enfeitada?

- Depois das festas da Ruinha? Comecei a fazer quadros com flores de papel. Olhe o Brazão do Lar... ofereci dezoito quadros de flores a instituições de Montemor-o-Novo, também a Vendas Novas... Senti uma grande alegria, ainda hoje tenho vontade de fazer coisas porque eu gosto. Em 2010

comecei a fazer quadros com flores. Também fiz mobílias em miniatura, que estiveram em exposição na Carlista.

- Descobriu a sua vocação.

- Ele foi assim, eu pus-me à frente do banco de carpinteiro, lá ao pé de onde eu morava, e foi a olhar para ele para o meu vizinho, o Sr. João Costa, que era carpinteiro. Ele perguntou-me se eu queria aprender e eu disse "que para estar no jardim sem fazer nenhum, mais valia fazer alguma coisa". Então o Sr. João Costa deu-me um garrafão de 2litros para eu ir buscar vinho. Eu fui e no regresso fiquei logo lá. E no outro dia arreguei



de manhã ao pé dele a aprender o ofício. Depois fui para a escola 5 anos. Depois da escola fui para a "Escoteira e Frade". Comecei aos 12 anos a pintar cadeiras, e lá fiquei até me reformar aos 65 anos. Depois do 25 de Abril queria ir ensinar o meu ofício às crianças, para a Escola Industrial. Mas, eles não me aceitaram porque, apesar da minha experiência, eu não tinha os exames... não me esqueço...

- O que mudou na Ruinha com o seu projecto?

- Aquilo, depois das festas, ali um tempo próximo depois de acabar a festa, as vizinhas e as pessoas que lá passavam na rua ainda falavam das

festas. O recordar, uma lembrança... E até mesmo sem ser na Ruinha. Íamos buscar o passado, o convívio, a alegria...

- O que dava para voltar a ver a rua enfeitada com flores?

- Ehhhhh eu já lhe disse que gostava muito de ver a rua com flores... mas também lhe digo, se fosse preciso cortar o papel ainda tenho a faca de sapateiro, está gasta mas foi com essa que cortei milhares de folhas de papel para fazer as flores da Ruinha... Agora trabalhos pesados não.

- O que sente ao passar na ruinha?

- Eu estou a evitar menina... agora... andar custa-me... agora a cavalo vou a qualquer lado. (risos)

- **E uma curiosidade, porque é que o Mestre se chama Lai?**

- Aos três anos de idade, eu ia muito à casa do meu vizinho, do lugar onde eu fui criado, e eu comecei a cantar em ponto pequeno "Lara li lai lai, Lara li lai lai..." e ele apanhou-me, baptizou-me de Lai. Com três anos já fazia barulho!

- **Mestre, uma mensagem para o futuro...**

- O meu maior desejo é ver a Ruinha enfeitada com flores de papel...um futuro bom, quanto mais melhor... eu depois de ter feito a Ruinha... depois andou-me debaixo de olho a rua da papelaria, a rua das Pedras Negras, aquilo fazia-se a brincar... mas depois deixei-me dessa ideia...

- **Ficará para o futuro, quem sabe... Muito obrigada Mestre Lai, pelas suas palavras e partilha de testemunho.**





DE CABEÇA NO AR À PROCURA DE ESGRAFITOS EM MONTEMOR-O-NOVO

Verónica Conte, 30 de Maio, 2015

*“Só vemos o que percebemos.”
José Aguiar*

Ninguém é indiferente ao encanto das janelas ou portas manuelinas de Montemor-o-Novo, já os esgrafitos e outro tipo de ornamentos são menos

reconhecidos. Enquanto observava os esgrafitos pintados no edifício da Rua do Sacramento, alguém me disse referindo-se à ornamentação “Isto é muito bonito, mas não é daqui!” e no geral, há até mesmo quem diga que “não são coisa do Alentejo”. Mas de que estamos a falar? O que são os esgrafitos? Seguramente já viu em algumas casas, sobretudo junto às telhas ou nos cunhais, motivos em relevo, por vezes já pintados, que ornamentam as fachadas. Ora, na origem desses desenhos estão os esgrafitos. Vamos então entendê-los melhor.

Segundo José Aguiar, arquitecto e investigador especialista nesta matéria, até à revolução industrial a pintura exterior era muito simples, e recorria aos materiais locais, isto é, à cal colorada com as terras da região. A pintura era bianual e feita pelas mulheres. A cor era comumente aplicada de forma a aproximar o desenho da fachada à construção clássica, demarcando remates arquitectónicos, socos, pilastras e cintas de diferenciação de pisos, coisa que se observa ainda hoje. Eram usadas duas cores, e não sempre necessariamente o branco como fundo. No Alentejo, incluindo Montemor-o-Novo, ainda se vêem, por baixo das recentes camadas de cal branca, a existência de fachadas ocre ou pintadas com outras cores vivas. A fachada branca é pois fruto de um imaginário recente que frequentemente oblitera a verdadeira cor antiga de muitos edifícios alentejanos.

Por vezes, para além da cor lisa, recorria-se a técnicas de ornamento como os altos-relevos feitos em argamassas ou “estucos”, os fingidos feitos em argamassa, e os esgrafitos.

“Podemos descrever o esgrafito como técnica decorativa mural que recorre à incisão de um desenho com um estilete metálico, uma lâmina ou ponta aguçada, recortando linhas de ornatos, removendo posteriormente, e nas partes adjacentes à camada superficial de pintura ou de barramento de pasta de cal enquanto estas ainda estão macias e de forma a mostrar a coloração e textura mais rugosa de argamassas adjacentes (definindo o padrão decorativo de fundo)” Aguiar, 2013.

Assim, o esgrafito surge ao arranhar uma pasta de cal superficial, normalmente branca no nosso país, destapando uma camada inferior de argamassa texturada e colorada de terras ocres, vermelhas ou até carvão moído, por forma a produzir um desenho com os sulcos.

Estas técnicas e nomeadamente o esgrafito, tem expressões mais fortes em cidades como Praga, Barcelona, Segóvia, mas também foi muito usada em Évora, e também em Montemor-o-Novo sobretudo nos edifícios mais importantes, neste último caso. Évora tem assistido, de há uns anos para cá,

à recuperação de alguns edifícios ornamentados, tendo por isso ganho uma nova vida nas paredes da cidade. Hoje, em Montemor-o-Novo os esgrafitos encontram-se na maioria muito degradados, apagados pela pintura ou invertidos por pinturas recentes que mantém o desenho, mas invertem as cores de forma/fundo.

Como observar os esgrafitos? Visto tratem-se de camadas de argamassa que muitas vezes estão já cobertos por outras camadas de pintura, os esgrafitos são mais fáceis de observar com uma luz rasante, isto é ao por e nascer do sol, ou em dias de humidade e céu coberto. Mas bastará um pouco de atenção e cabeça no ar para testemunhar em vários cunhais da cidade um “arranhado” na massa imitando blocos de pedra, ou texturas feitas de suaves relevos com elementos florais nos frisos por baixo das telhas.

Tenho um esgrafito na minha fachada que devo fazer? No caso de ser proprietário e ter a sorte de ter este trabalho na sua fachada, os especialistas recomendam que o melhor a fazer é não fazer nada, pois o esgrafito não necessita ser pintado uma vez que é feito por um contraste de cores de massa. Se já está pintado deve-se então manter a cor forma/fundo, isto é o desenho deverá ser pintado de branco e a massa mais baixa deve ficar



colorada. Mas claro que o ideal seria sempre o restauro por um especialista.

Porque são importantes os esgrafitos? Os esgrafitos modificavam cada fachada que os tinha de forma muito considerável, hoje difícil de imaginar, dando-lhes mais imponência, riqueza, individualidade e distinção através dos seus rendilhados, como também enobreciam a própria imagem global da cidade, que estava pontuada de inúmeros edifícios esgrafitados. Com o desaparecimento dos esgrafitos, perde-se um pouco da nossa história, riqueza patrimonial e até identitária.

"As pinturas, ornatos em relevo e esgrafitos são documentos preciosos da história e da arte e essenciais para a fruição do edifício e cidades históricas. () fazem parte integrante da arquitectura para a qual foram destinados exercendo uma influencia determinante sobre o seu carácter e sobre a sua leitura estética. Devemos obviamente fazer todo o possível para conserva-los e mante-los no seu local original." Aguiar, 2013.

Numa visão pessimista, "nos dias de hoje é mais fácil romper um átomo que um preconceito" Einstein. Fica o desafio: será que em Montemor-o-Novo se conseguirá romper com o preconceito nacional que se instalou relativamente à cor e ornamento nas fachadas alentejanas e se inicie a

recuperação e incentivo a uma nova utilização destes elementos?

Ficam as sugestões para passear com a cabeça no ar, à procura dos edifícios esgrafitados (indicados no mapa), na Rua do Sacramento, no Largo do Terreirinho, Largo General Humberto Delgado, Terreiro de São João de Deus ou ainda na Rua de Lisboa (com pintura invertida), Rua de Dom Vasco (pintados a branco), e Rua São Domingos (original). Para observação de trabalhos mais complexos e ricos, valerá a pena uma deslocação à Igreja e Convento da Saudação, aos conventos de S. Francisco e Rio Mourinho, bem como à Quinta da Amoreira da Torre. Para os genuinamente interessados deixo as referências de leitura:

Aguiar, J., 2013. Os mestres da cor, dos fingidos e dos esgrafitos: o que sabemos hoje, da sua arte, in Subsídios para uma história da construção luso-brasileira. Rio de Janeiro: Pod. p 91-106.

Guilherme, S., 2012. O corpus do esgrafito no Alentejo e a sua conservação. Tese de doutoramento Faculdade de Arquitectura Universidade de Lisboa.

Salema, S.; Aguiar, J. Cor e esgrafito in: Pedra & cal, N° 39. Jul./Ago./Set. 2008





Vivercor

Corabitando na RUINHA

Verónica Conte

Dizem que é o cúmulo da rapidez, porque ninguém consegue atravessar sem ser visto. Dizem que foi o último lugar de Montemor onde se saltavam as fogueiras de São João.

Dizem que é a Rua mais antiga da cidade, porque tinha uma calçada diferente. Dizem que é a Rua mais conhecida da cidade dizem, e dizem tantas coisas

Foram estas e outras razões, de dizer e de escutar, que me levaram a gostar tanto da Ruinha, e assim decidir a fazer aí a segunda acção ViverCor Corabitando. Mas o que é a ViverCor Corabitando? Como chegou à Ruinha e porquê? Como aconteceu? E o que mudámos?

O ViverCor Corabitando é uma acção comunitária onde num trabalho conjunto com residentes, de uma rua ou lugar, se transforma o espaço público, por meio da pintura de fachadas. O conceito que dá origem à pintura está sempre associado ao diálogo entre mim e os habitantes. A primeira ViverCor aconteceu em São Cristóvão, concretizou-se durante a residência artística Novas Formas e Técnicas na Transição 2011 na categoria de Espaço Público, promovida pela Associação Cultural Oficinas do Convento e foi fruto da investigação de doutoramento que terminei em 2014. A residência durava um mês e ampliou-se pelo tempo de um ano. Os habitantes de São Cristóvão foram convidados a pintar, sobre as barras das fachadas das casas, chaminés e em redor das portas e das janelas – os poros da casa – desenhos e expressões locais. O ponto de partida para os desenhos foram objectos pessoais importantes para cada participante,

quer pelo sentido estético quer pelas memórias ou afectos que evocam. Nesta partilha onde o privado (às vezes íntimo) foi transposto para o espaço público, criámos conjuntamente para São Cristóvão imagens singulares, uma mensagem poética de conjunto, promovemos elementos identitários individuais e colectivos, fabricámos uma paisagem que está lá para ser visitada e conversada com quem a fez, basta para isso tocar à campainha e perguntar qual a história da pintura! (www.vivercor.com)

Pensei repetir o conceito na Ruinha, introduzindo algumas inovações... um maior trabalho em torno da Cor e uma chamada de atenção para o património ornamental da cidade, nomeadamente os esgrafitos.

Mas, como chegou Vivercor à Ruinha? Ao receber e aceitar o convite das Oficinas do Convento para participar na candidatura ao QREN “Ciclos de Animação e Promoção do Património Cultural de Montemor-o-Novo” da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, através das residências artísticas produzidas pela Associação Cultural, ainda não estava definido o lugar a trabalhar. Pensei inclusive voltar a São Cristóvão. Contudo, depois de algumas reuniões e porque a Ruinha tem algumas condições que a tornam única, foi o lugar escolhido.

“Ruinha – já referida em 1539. Ligava a parte norte do Rossio aos cotos da vila, paralelamente à Rua de Avis. Tinha características populares, com casas de um só piso. Em 1699 compreendia 47 fogos, 16 dos quais de trabalhadores.”¹

A Ruinha é um lugar-cenário, tão bonito quanto harmonioso, ideal para um passeio. Está classificada como centro histórico, e é realmente muito antiga, (de acordo com o primeiro registo que se tem dela, a Ruinha já se acerca dos cinco séculos). Socialmente, até há poucos anos, era lugar de festas de referência na cidade, como as festas dos Santos Populares, ou das flores de papel do Mestre Lai, mas hoje está envelhecida e a perder população... assim, pensámos que Vivercor poderia contribuir para um momento de viragem.

Então, como decorreu a Viver Cor? Primeiro lancei o desafio aos habitantes, semelhante a São Cristóvão, mas pedindo também que houvesse um cuidado especial com a cor. Desta vez bati às portas, falei com quem abriu, trouxe à Ruinha ex-participantes de São Cristóvão ao longo do processo: obrigada Midá S-C., Fernando M., Sérgio C., Joaquina e Joaquim B. e em especial à São S. que comigo veio tocar às campainhas, falar do seu desenho, da sua desconfiança inicial e da alegria em ter participado. Lançamos a acção no Auditório da União das Juntas de Freguesia, ainda em Janeiro.

¹ In *Almansor, Revista de Cultura*, nº14, p63. 2000. Montemor-o-Novo: C.M.M.N.



Neste momento especial agradeço a presença do vereador João Marques (CMMN), Tiago Frois (presidente das Oficinas do Convento), António Danado (presidente da União das Freguesias), à Nélia Martins (Oficinas do Convento) e à Catarina Saraiva pela cobertura de vídeo. Mais tarde, no contacto com a população, agradeço ainda a ajuda de Anabela Ferreira (Centro Juvenil), e João Pedro que registou fotograficamente vários momentos do processo. Também ao Mestre Lai por facilitar espaço para “estaleiro” de Vivercor.

Seguindo o exemplo de São Cristóvão pintámos um protótipo na fachada do Sr. João Mamede, número 44, por estar abandonada. Primeiro uma tribo de treze escuteiros formada em Montemor-o-Novo, no âmbito da Actividade de Caminheiros, generosamente caiu a fachada a branco, devolvendo-lhe um aspecto cuidado. Depois, realizei uma proposta de pintura para aprovação pela Câmara Municipal, uma vez que estamos a trabalhar em centro histórico. Para essa proposta segui o exercício que o conceito para Vivercor na Ruinha propunha: escolher um objecto, uma frase e cores a aplicar. Como objecto fui buscar um ornamento de baixo-relevo e esgrafitos, ainda existente ou resistente, na fachada do edifício da R. São Domingos na esquina com o Lg.

General Humberto Delgado, onde figura um sol. O baixo-relevo com esgrafito encontra-se numa casa em situação de ruína e onde na mesma parede aparece outro esgrafito datado de 1734, sugerindo a contemporaneidade de ambos.

Retomei assim o desenho do sol no centro da imagem a colocar na chaminé do nº 44, o lugar mais alto da casa, o primeiro lugar a ser diariamente tocado pelo astro rei e os motivos que se encontram em torno do sol foram retomados para pintar um friso sobre as telhas. Este gesto faz uma chamada de atenção sobre o património de Montemor-o-Novo – o ornamento de esgrafitos – património este que se está apagando.

A frase que escolhi para pintar sobre a barra horizontal: “Estes descobrimentos não se fizeram indo a acertar, Pedro Nunes 1537” tenta promover a necessidade de conhecer para não ir “ao calhas”, mas também a necessidade de errar e experimentar. Ir sem saber totalmente onde se vai, mas apetrechado de boas ferramentas. Uma proposta para a abertura, para o desafio a acções novas, como Vivercor. A idade da frase encontra correspondência na idade do primeiro registo da Ruinha, que é de 1539. Relativamente às cores escolhidas, estas tentaram recuperar a policromia do baixo-relevo inspirador, mas numa mistura de

ocres, feita com pigmentos de tingimento da cal, distanciando-se do popular azul que resulta da fabricação de anilinas, cujo uso foi vulgarizado apenas no século XX.

Depois do protótipo foi a vez de perguntar às pessoas sobre as suas coisas mais queridas, os seus valores e as suas palavras, para partilhar com quem passa na rua através da pintura. Este questionar acompanhou-me também na hora de almoço que fiz na cantina da Escola Primária N.º1, com as crianças...

Verónica: Onde guardas as palavras?-

Carolina (2ºano): No caderno.

Verónica: E no teu corpo, onde as guardas?

(pausa para pensar)

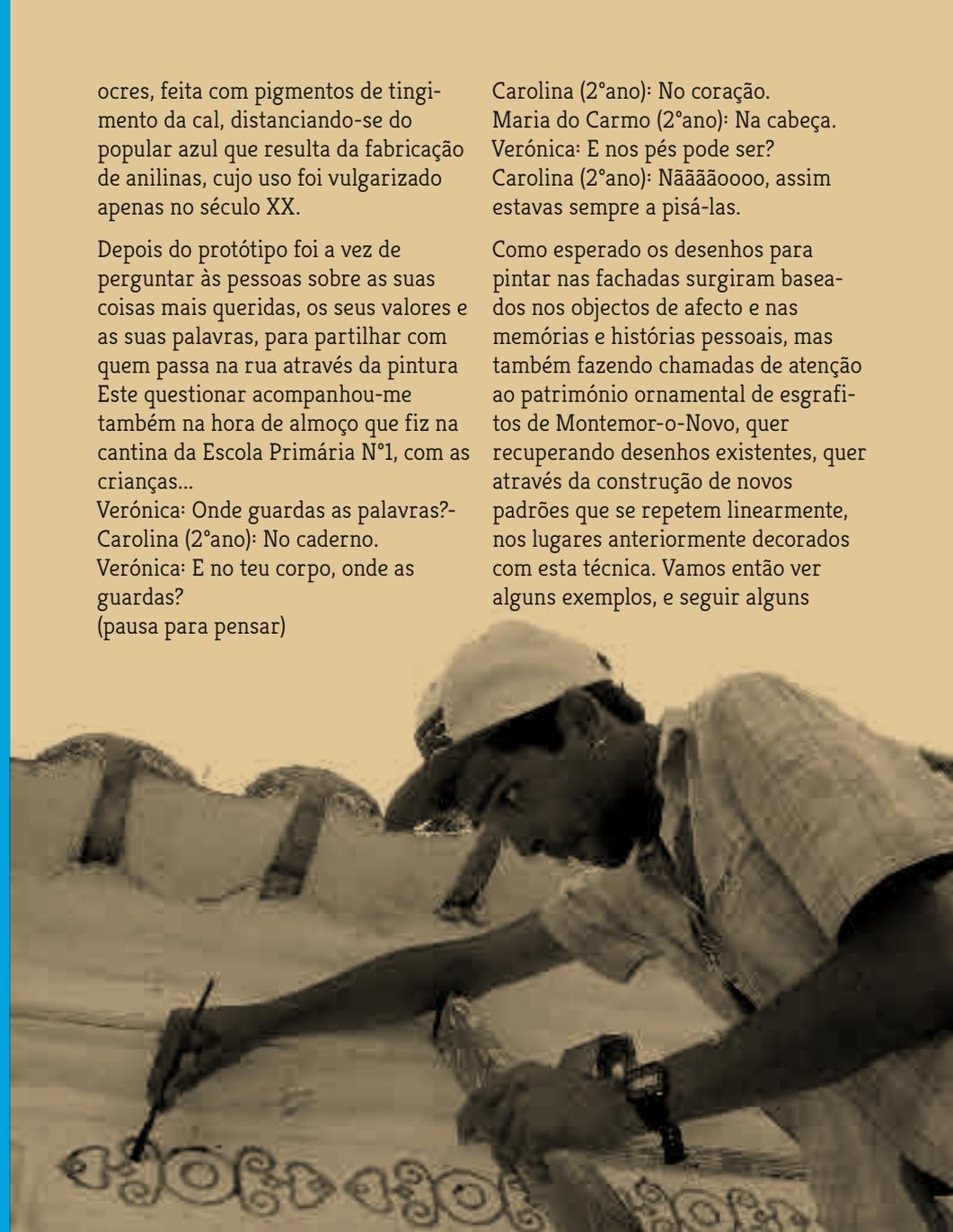
Carolina (2ºano): No coração.

Maria do Carmo (2ºano): Na cabeça.

Verónica: E nos pés pode ser?

Carolina (2ºano): Nããããooooo, assim estavas sempre a pisá-las.

Como esperado os desenhos para pintar nas fachadas surgiram baseados nos objectos de afecto e nas memórias e histórias pessoais, mas também fazendo chamadas de atenção ao património ornamental de esgrafitos de Montemor-o-Novo, quer recuperando desenhos existentes, quer através da construção de novos padrões que se repetem linearmente, nos lugares anteriormente decorados com esta técnica. Vamos então ver alguns exemplos, e seguir alguns





testemunhos através das conversas com Sofia Maduro, Ana Calva e família, Fábio Danado, Fernando Dias, Antónia Pereira e por último André Pereira e Tânia Teixeira.

Vive, sem esquecer de viver

Encontrei Sofia Maduro, proprietária do nº30 e 32, pela primeira vez na sua sapataria. Após apresentação de Vivercor Corabitando a sua ideia imediata foram os lenços dos namorados. Entendeu melhor o conceito de ViverCor quando eu lhe contei que tinha muito a ganhar se o desenho não fosse apenas uma decoração. A reacção foi imediata, "o mais importante da vida é viver". Num segundo encontro, procurámos frases relativas

à vida "gostar de viver" (Sofia); "viver e não desistir" (Sofia); "viver sempre (Sofia)"; "viver é um verbo enorme, longo" José Luís Peixoto; "o essencial é viver" Carlos Drummond de Andrade.

Encontrámos a solução no encontro seguinte quando disse uma frase sua "as pessoas às vezes vivem e esquecem-se de viver, eu tive de enfrentar a morte de frente três vezes" e assim ficou: "Vive, sem esquecer de viver". A imagem, "eu já sei que imagem quero, quero uma árvore" disse Sofia logo no primeiro encontro. Esta árvore é uma árvore especial. É onde a minha vida mudou." O pai de Sofia faleceu junto deste eucalipto com um ataque de coração, numa deslocação de bicicleta.





O choque que se seguiu poderá ter estado na origem de um cancro que se desenvolveu de forma fulminante. Contudo Sofia sobreviveu a todas as provas de resistência que essa experiência lhe proveu. Afinal o amor do pai não era tudo, o amor dos que ficaram fizeram-na sentir que a vida vale muito a pena, “nós é que parece que temos muitos objectivos e nos esquecemos de viver” relembrou Sofia.

Esquilas

Fui ter com a família Calva, proprietária do nº 21, ao café Anita. Detrás do balcão Ana foi buscar um objecto para base dos desenhos - as esquilas, que nos deu a conhecer (a mim e ao João

Pedro que entusiasticamente me acompanhou fazendo o registo fotográfico de vários momentos de Vivercor). A conversa seguiu como cerejas, curiosidade atrás de curiosidade, num diálogo cheio de vitalidade com Ana e os pais:

Pedro Calva: Esquilas para as ovelhas. Cascavéis é o nome do conjunto. E isto (a coleira) é muito duro porque o couro não é tratado, é couro virgem. E antes não havia fivelas “eram feitas de madeira de azinho ainda verde (madeira da azinheira) e chamavam-se cagadas” A história das esquilas é assim, e dos chocalhos cada um tem um nome “O grande é o rabuleiro, e o mais pequeno agora não me lembra”

Cá no Alentejo diz-se assim: havia a ovelha ranhosa e havia a ovelha g'losa e estas iam roubar o que havia nas hortas. O moiral era o que tomava conta e punha as esquilas nas ovelhas. Ele reconhecia-as pelo som das esquilas. O ajudante do moiral era o ajuda, um rapaz com 7 ou 8 anos, quando as famílias eram pobres.

Margarida Calva: O meu pai era feitor e não mandava no gado, quem mandava no gado era o moiral, ele mandava no moiral.

Ana Calva: Estes objectos foram pessoas que nos foram dando dantes passavam de pai para filho.

Pedro Calva: Sabe o que é isto? É um corno, o corno para as azeitonas Nos gostamos muito destas coisas. Temos algumas coisas que eram nossas e outras que nos deram as pessoas sabem que nós gostamos e temos gosto em ter as coisas, e que cuidamos delas. Também temos arados, os antigos carrinhos de mão a grade para ajeitar as terras, os cabrestos. Isso tudo fui adquirindo, a canga

() [e recordando a feitura das cores:] Eu sei fazer as cores para pintar a cal. Agente derregava a cal e depois íamos ali aos campos, ali no caminho de Vendas Novas a seguir ao cruzamento das Silveiras e tirávamos a oca para fazer a cor da barra. Agente tirava aquela espécie de barro, terra mais

forte, não a delgada mas a forte, e desfazíamos essa terra com água e cal dentro de um baldinho

Ana Calva: Nas Caeiras ainda dá para ver o forno da cal

Estas e outras memórias foram partilhadas pela família proprietária da fachada mais pequena da Ruinha, que é praticamente apenas uma porta de entrada, e que no desenho de processo se prevê pintar com pequenos desenhos inspirados na decoração das esquilas.

Xena, a Gata Guerreira

O Fábio Danado (morador do nº8) já havia ajudado a pintar a fachada nº44 quando decidiu que queria participar com uma pintura na sua morada, mesmo não sendo ele o proprietário, e que isso o obrigasse a um trabalho extra de pedidos, autorizações e seu voluntariado na pintura do pano da fachada (que apresentava sinais de degradação). As ideias para o desenho surgiram vacilantes. Fábio sabia que queria algo que estivesse relacionado com a pintura tradicional das casas do Alentejo, à semelhança do que havíamos feito na fachada protótipo. Mas quando o interroguei sobre algo pessoal a resposta veio rápida: a Gata Xena. Após vermos algumas fotos de desenhos de esgrafitos e escolhermos para inspiração a decoração da fachada entre os números 50 e 60 da

Rua de Lisboa, o trabalho seguiu. Conciliámos e chamámos à atenção para um desenho antigo, combinando o cunho pessoal do Fábio e da Sandra com um toque de humor: o jogo de gato e rato.

“Lentamente, muito lentamente ”

A indecisão de Fernando (morador no nº15) deu lugar a tomar o desenho de um caracol, da sua filha Carolina (5 anos) como o ponto de partida. Numa alusão poética a Rebelde, protagonista da “História de um caracol que descobriu a importância da lentidão” de Luís Sepúlveda, explorei o universo infantil, transpondo o desenho do caracol para a fachada. Sob as telhas criei um padrão para um friso, baseado numa espiral e pequenos círculos que se repetem, como se de um rabisco de criança se tratasse. Lentamente, muito lentamente, numa intervenção aparentemente inocente, propus a Fernando um desenho que convida a um tempo para novas descobertas pessoais e colectivas, e uma renovada intenção de observação patrimonial através do friso.

“Não quer tomar um chazinho, mais eu?”

Antónia convidou-me, aceitei sem hesitar. Nesse dia estava a lavar roupa e de entre as muitas peças que tinha estendidas, foi mostrar-me um paninho. “Este paninho era de quando

eu andava à escola. Eu ia, comprava as linhas e a professora da escola, a D. Elvira que já morreu, ensinava. Eu andava na 2ª ou 3ª classe. O paninho vinha com o desenho já feito e agente bordava. Eu fiz o ponto de cruz por cima. Aquilo vendia-se nas lojas antigas, no “Centro da Moda” e no “Passinha” E eu depois guardei-o com estimação ainda falta fazer as bainhas em volta.

Deste paninho surgiu um desenho ainda em desenvolvimento, falta a frase, que em princípio virá de uns livros do pai de Antónia, “Tenho que procurar, ali nas coisas do meu pai, que era muito brincalhão”.

“Sê a mudança que no mundo queres ver”

O desenho para a Tânia e André (proprietários do nº34) surgiu de uma fértil quantidade de elementos, frases e objectos, que cosem preocupações sociais à história pessoal de ambos. Aparentemente distantes, os objectos que Tânia e André trouxeram foram: um fragmento de uma antiga tijela recentemente encontrada no quintal do nº34, feita em argila e decorada com incisões; inúmeros utensílios de moldar massa fresca italiana “a massa e a comida são muito importantes para nós, pois nós conhecemo-nos em Itália e aí vivemos” recordou André; a romã e a romãzeira; os esgrafitos da

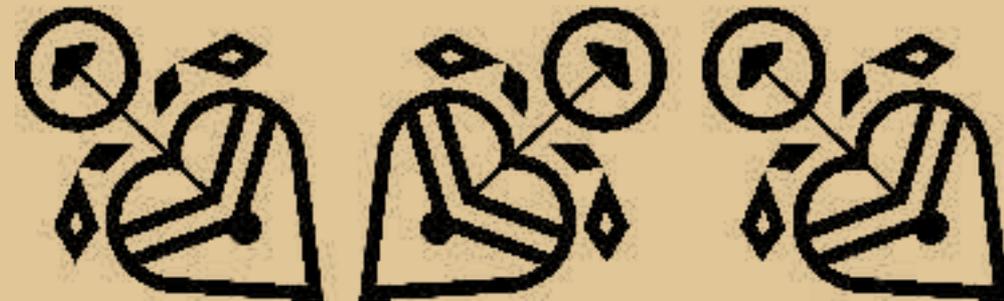
casa onde viveram em Itália, e as frases “Pensa global, age local” trazida por André e “Sê a mudança que no mundo queres ver” trazida pela Tânia. O gesto de transformar, unificar e construir parece ser o sentimento comum por detrás de todas as ideias. Durante o processo o desenho tomou a forma da imagem.

Depois dos processos de desenho, segue a fase mais visível de Vivercor Corabitando – a pintura. Venha descobrir as diferenças entre os

desenhos de processo e a realidade pintada visitando a Ruinha e conversando com as pessoas.

Como nesta acção nada se faz sem a colaboração de entidades e pessoas gostaria de deixar um enorme OBRIGADA a todos os que se implicaram para que esta segunda edição da acção Vivercor Corabitando se tornasse real.

Montemor-o-Novo, 1 de Junho de 2015





Estima-se que os ciganos estão em Portugal há cerca de 500 anos, oriundos do Nordeste da Índia, devido a movimentos migratórios a que foram sujeitos. Nesse percurso que terá iniciado por volta do sec. XII, atravessaram países onde foram ficando grupos, cuja cultura foi absorvendo alguma influências culturais e linguísticas locais, pelo que actualmente muitos têm culturas diferentes mas raízes comuns.

A população Cigana em Portugal

Uma das teorias mais correntes refere que os primeiros ciganos chegaram à Península Ibérica no século XV através de um grupo denominado KALÈ, sendo que chegaram outros grupos através de outras rotas. O estado português criou várias leis logo desde então que os impedia de vários direitos, promovendo um clima de desconfiança e de perseguição, que se aprofundou com o período da inquisição.

Estes processos históricos fizeram com que a convivência entre pessoas da comunidade cigana e a restante sociedade não fosse fácil, registando-se episódios de discriminação, começando desde logo pela acção do Estado mas que também repercute no dia-a-dia da sociedade. Muitas são as portas que se fecham a esta população, nomeadamente no direito à habitação, à educação e à sua permanência no seio da sociedade vigente, e muitos são os mitos que se construíram à sua volta (como o de serem nómadas, só quererem viver do RSI, etc.), devido ao desconhecimento que há sobre a sua cultura e às generalizações simples que se fazem, e que são fáceis de se impor e disseminar especialmente se vão contra minorias.

MONTEMOR-O-NOVO

Desconhece-se desde quando a comunidade cigana faz parte da vida

dos Montemorenses, no entanto, é do conhecimento comum que várias famílias vivem integradas na comunidade desde há muitos e muitos anos, mantendo-se assim até aos nossos dias, tendo gerado uma feliz e salutar troca de conhecimentos. Contudo, também em Montemor, o conflito e o preconceito persistem e mantém-se muito por fazer para promover respeito pela diferença e pelos direitos que devem estar ao acesso de qualquer pessoa. A actuação do Estado é perniciososa, por um lado criando leis que visam discriminar esta população, enquanto criam sistemas de assistência (como é o exemplo do RSI), que não resolvendo nenhum problema de fundo ajudam a criar e generalizar a ideia enganosa de que é uma população que só quer viver à custa do trabalho dos outros e que não quer trabalhar. Montemor-o-Novo, como um concelho onde muito trabalho se faz para a criação de uma sociedade mais justa, e pode ser também um lugar especial na luta contra o racismo contra esta e qualquer minoria. Esta é a única maneira possível para se viver numa sociedade aberta e plural, sendo que o trabalho de salvaguardar os direitos de todos não termina, e assim, a consciencialização que vivemos numa sociedade múltipla e as questões que isso levanta, exige um esforço constante para evitar as formas como excluímos os que são diferentes dos nossos meios culturais.

Ciganos e o mito do nomadismo

Nómada como categoria:
um tratamento de exceção

Alexandra Castro

Investigadora do Dinamia'Cet - ISCTE-IUL

E-mail: castro.alexandra@gmail.com



Todos já ouvimos dizer que os ciganos são “nómadas” ou que já foram mais “nómadas” do que são hoje. Mas do que é que estamos a falar quando falamos de “ciganos nómadas”?

Se olharmos para todas as narrativas que utilizam a referência “nómada” constatamos efetivamente que se trata de um esquema cognitivo amplamente partilhado, por ciganos e não ciganos, mas manifestando ambiguidades e inexactidões.

Quando os ciganos tomam a palavra não existe um discurso de valorização da sua mobilidade espacial como um traço identitário distintivo, ou seja, como algo que se quer pôr em relevo para dar conta do que é ser cigano.

Por oposição, nos estudos académicos, até meados dos anos 80 do século passado, ficava patente como o “nomadismo” aparecia como um traço étnico relevante e como algo que unia os indivíduos/grupos a um coletivo. Os diferentes atributos explicativos utilizados para o descrever – natureza, habitus, estado de espírito, instituição cultural, ideologia –, apesar de revelarem a diversidade de perspetivas de abordagem, não aprofundavam de que forma a mobilidade e a fixação se assumiam como ferramentas culturalmente disponíveis, mesmo quando traduziam uma “estratégia cultural produtiva e organizativa

fundamental”¹.

Por fim, quando as instituições tomam a palavra socorrem-se estrategicamente do “nomadismo”, categoria formalmente não discriminatória, para definir e reafirmar lógicas de ação que excluem determinados ciganos do acesso a direitos fundamentais, como a habitação, ou que os culpabilizam pela situação de pobreza e exclusão social que vivenciam. No fundo, o apelo ao nomadismo mais do que uma incapacidade social e institucional de lidar com manifestações de mobilidade espacial, pretende servir os interesses daqueles que não querem assumir alguns dos direitos fundamentais da Constituição Portuguesa²:

“A todos os cidadãos é garantido o direito de se deslocarem e fixarem livremente em qualquer parte do território nacional” (Artº 44º, alínea 1)

“Todos têm direito, para si e para a sua

¹ Esta expressão de Teresa San Roman traduz uma resposta de adaptação ao longo da história, sem no entanto se assumir como um traço concreto, mas sim como uma forma de acesso aos recursos, à sua distribuição entre ciganos e à sua posição na sociedade maioritária. Para um maior aprofundamento consultar: San Roman (1997).

² Para um aprofundamento desta questão veja-se as seguintes publicações: Castro (2007, 2010), Brazzabeni (2012), e Brazzabeni, Castro & Challinor (2014).

família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" (Artº 65º, *alínea 1*).

A título de exemplo refira-se como em determinados municípios se recusa admitir a existência de famílias ciganas em situação de precariedade habitacional, pois os seus modos de vida justificam o não reconhecimento do direito à habitação. Nestas situações, encontra-se, por vezes, a distinção entre falsos e verdadeiros nómadas: no caso dos "falsos" pressupõe-se que já têm uma habitação num outro município e no caso dos "verdadeiros" como apenas podem permanecer um número limitado de dias no concelho a resolução da sua situação habitacional não é vista como uma responsabilidade da autarquia local. Através destas categorizações assiste-se, assim, a uma espécie de jogo de ping-pong entre territórios, onde cada um procura minimizar o número de pessoas que deveria acolher, reenviando os "indesejáveis" para outras localidades e reforçando-se a imagem que se pretende veicular – nomadismo e errância como traços distintivos e encrustados na população cigana.

O desejo de ver esta população numa eterna circulação é conseguido, em muitos dos municípios, com ações

repressivas de despejo e de mobilização forçada das famílias. Tendo os municípios as competências para estabelecer em que condições e durante quanto tempo um "acampamento ocasional"³ pode estar em território concelhio, o princípio da discricionariedade tende a orientar a sua atuação. Não se distinguindo de que tipo de acampamento se trata – turístico, abrigo emergencial, habitacional -, e imposta determinada limitação de tempo para o dito "acampamento" poder permanecer, ficam reunidas as condições para as autoridades poderem agir em conformidade, ou seja, exigir o seu desmantelamento sem encontrar soluções habitacionais alternativas, mas atingido o objetivo de controlar a sedentarização daqueles que sentem pertencer àquele lugar ou por diversos motivos necessitam de aí permanecer por um período limitado de tempo.

As narrativas de algumas pessoas ciganas, bem como algumas lendas que ao longo dos tempos foram sendo recolhidas junto desta população procuram, no fundo, encontrar justificações para o nomadismo.

"Há quem diga que a palavra "cigano" vem de *sig* () quando o cigano ia parar vinham os guardas ou as pessoas e "*Siga, siga, siga!*". E desde aí

³ Decreto-Lei nº 310/2002, 18/12/2002

é que vem a palavra 'cigano.'" (Homem cigano, 39 anos, Junho 2006)

É possível afirmar que o "nomadismo" é um dos estereótipos mais veiculados sobre a população cigana e é indissociável da forma como foi mobilizado, se difundiu ao longo da história e de que forma é reativado através de atores políticos e institucionais em diversos contextos territoriais. Uma breve incursão pelos dispositivos legais mais recentes permite revelar uma das faces visíveis dos processos sociais de controlo e de regulação do movimento e das formas de inscrição territorial de certos grupos específicos. Estas disposições tendem a homogeneizar a população a que se destinam, associando-a a pobreza e perigo e inscrevendo a itinerância como uma prática desviante e delituosa. Vejamos apenas dois destes instrumentos.

Em 1920, publica-se o Regulamento para o Serviço Rural da Guarda Nacional Republicana⁴ que vigorou durante sessenta anos e que apelava à necessidade de se exercer "uma severa vigilância sobre os ciganos, observando-os constantemente nos seus movimentos com o fim de prevenirem e reprimirem os seus frequentes actos de pilhagem" (artigo 182.º). Também

⁴ Decreto nº 6950, de 26 de Setembro de 1920.

nos mercados e feiras mereciam uma "especial atenção, devendo-se até não se menosprezar o modo como realizam os seus negócios, a fim de se evitarem quanto possível os abusos e burlas por eles cometidos" (artº 184.º). Por fim, no artº 185.º acaba por atribuir-se à identidade cigana o estatuto de "duvidosa", o que justificaria a sua detenção em casos de transgressão ou contração "desde que não depositem em mão de pessoa competente a importância da multa ou não apresentem fiadores idóneos".

Em 1980, o Conselho da Revolução declarou a inconstitucionalidade de todas as normas presentes neste regulamento por infringirem o disposto no nº 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa. No parecer que precedeu esta Resolução referia-se que a especial vigilância sobre os ciganos "constituía uma discriminação negativa, estabelecida em função da raça e, por tal motivo, ofensiva do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei"⁵. É assim que em 1985, aquela "especial vigilância" deixa de ser atribuída explicitamente a ciganos e o novo Regulamento Geral do Serviço da GNR

⁵ Resolução nº 179/80, DR, 1ª Série, nº 127, de 2 de Junho de 1980. Esta resolução foi precedida de parecer da Comissão Constitucional nº 14/80, in *Pareceres*, Vol. 12º, pp. 163 e seguintes.

reserva uma secção destinada à “vigilância sobre nómadas, mendigos e vadios. Prostituição”⁶. Estabelece-se que se deve exercer “especial vigilância sobre grupos e caravanas de pessoas que habitualmente se deslocam de terra em terra fazendo comércio, participando em feiras ou desenvolvendo quaisquer outras atividades próprias da vida itinerante, observando-os nos seus movimentos com o fim de prevenir e reprimir a prática de atos delituosos, designadamente sobre propriedades e lugares públicos onde se estabeleçam temporariamente” (artigo 81.º, nº 1).

Se até 1985, no Regulamento da Guarda Nacional Republicana, as características desta prática se encontravam especificamente associadas à população cigana, impondo-se uma “severa vigilância sobre os ciganos”, posteriormente passaram a englobar, de forma não implícita, não só os ciganos mas todos aqueles que mantêm intensas mobilidades geográficas.

Fica pois patente, por um lado, de que forma o entendimento do nomadismo como um traço identitário inerente à “cultura cigana” acaba por se repercutir na ideia de que os ciganos têm “modos

de vida”, “tradições” ou “especificidades culturais” que favorecem a pobreza ou a marginalidade, ignorando-se como um conjunto de fatores ligados ao contexto em que se insere a mobilidade é determinante nos processos de estigmatização em causa. Por outro lado, a naturalização da identidade cigana assente no nomadismo tem as suas repercussões ao nível da ocultação ou subestimação das necessidades habitacionais desta população.

As categorias de nómadas e sedentários não são, pois, esclarecedoras de modos de vida, pois são vagas e valorativas e tendem a ser instrumentalizadas⁷. Acresce, muitas vezes, uma perspetiva evolucionista do caminho que deve ou não ser percorrido: “O nomadismo tende a desaparecer como sinal de progresso, de rumo à civilização, de segurança” ou “o problema cigano desaparecerá com o sedentarismo” são algumas das expressões que se encontram em documentos

⁷ Para alguns autores, o nomadismo é uma categoria imaginada, ou seja, sem um estatuto de conceito. Ao longo da história europeia e do colonialismo assumiu um valor instrumental no processo de fundação de identidades nacionais e da identidade europeia com repercussões ao nível da não consideração dos ciganos como autóctones e foi um termo conveniente para despojar povos indígenas do seu direito à terra. Veja-se a este propósito Pontrandolfo & Trevisan (2009) e Ferrari (2010).

⁶ Aprovado pela Portaria 722/85 de 25 de Setembro, DR, 1ª Série, nº 221, de 25 de Setembro de 1985, pp. 48-49.

oficiais ou académicos como se se tratasse de um processo de transição unívoca entre mobilidade/circulação e fixação/enraizamento.

Em termos de políticas públicas também não é relevante perceber se são nómadas ou sedentários, mas sim aprofundar se a instalação num dado território é de fixação ou de passagem. Também não parece importante designar de que tipo de nomadismo/mobilidade se trata. Isto encerra as pessoas e os grupos em categorias estanques, apagando-se a diversidade e complexidade do real.

No fundo, interessa sim compreender a diversidade e especificidade de

modos de vida que se apoiam numa relação particular com o território e com o habitat e de que forma isto impacta nas condições em que se estabelece a coexistência e as formas de representação e de reconhecimento daqueles que se apresentam diferentes.

Para além da mobilidade forçada, o que faz mover os ciganos?

Para além da imposição institucional a condicionar a mobilidade e a fixação das famílias ciganas, existem diferentes dinâmicas que revelam fatores endógenos à sua organização socioeconómica. Nestas dinâmicas tende a prevalecer uma determinada finalidade da ação, mas algumas situações de



mobilidade acabam por cumprir diferentes objetivos, independentemente da natureza destas situações (rotineiras, extraordinárias ou acidentais).

Na dinâmica social o movimento define-se por relação à rede afetiva e procura a proximidade de familiares para garantir proteção e entreajuda, mas também para promover ou evitar alianças matrimoniais. O sentido social de cada contexto situacional, geralmente de carácter festivo ou excepcional, não se altera em função do espaço

Na dinâmica económica o movimento reflete a forma de acesso aos recursos e decorre da sua especificidade de inserção na esfera económica (trabalho informal, precário e incerto) e da forma de controlo dos recursos por via da constituição de “territórios das raças”⁸. A procura de recursos ocorre nas situações do quotidiano, mas pode ter um carácter mais excepcional face a oportunidades que esporadicamente surgem. O espaço assume um papel central, pois é a condição para a ação: “andar por aí, a correr o mundo”, expressão proferida por algumas peças ciganas, pressupõe a

8 Gestão do território que obedece a uma simbolização do espaço que percorre as áreas económica (controlo dos recursos) e matrimonial, revelando a preocupação com o acesso a lugares de estadia e negócio.

apropriação e articulação de um conjunto de lugares e permite diminuir a visibilidade e a centralidade assumida pelos territórios exclusivos a determinadas famílias.

Na dinâmica política o movimento decorre da forma como se gere a percepção de situações latentes de conflito ou da existência efetiva de conflitos entre conhecidos ciganos ou entre familiares. O espaço tem também aqui um papel central visível em três situações distintas:

1) as causas das tensões e conflitos podem decorrer da proximidade espacial das pessoas envolvidas. Algumas das situações de afastamento temporário entre núcleos familiares dada a existência de situações conflituosas latentes ou de saída definitiva de um lugar após a recusa de se aceitar propostas de realojamento onde se prevê uma grande concentração de população cigana, são ilustrativas de como se procura gerir o eventual surgimento de conflitos decorrentes de uma proximidade quotidiana nem sempre facilmente regulável.

2) a definição de exclusividades na ocupação dos territórios - “cada cigano na sua terra” - é uma forma de evitar conflitos com ciganos e não ciganos.

3) perante um conflito que põe em

causa a honra de uma família (sentimento de ofensa ou quebra de acordos estabelecidos) a separação geográfica torna-se imperativa e a mobilidade surge como a capacidade para instituir a distância considerada necessária e daí a expressão de “terras proibidas” ou “aí não posso pisar”.

Independentemente destas dinâmicas a escolha para a fixação numa determinada localidade é seletiva e remete para um conjunto de fatores que configuram a ligação a determinados lugares, nomeadamente: a história intergeracional e as memórias positivas associadas a algumas localidades; o sentido simbólico das fronteiras; a garantia de modos de sobrevivência; as redes de interconhecimento; a presença de familiares (vivos ou mortos) e a hospitalidade territorial (medida pelo grau de aceitação e formas de acolhimento).

Os diferentes lugares que são escolhidos para permanecer, independentemente da duração da estadia, configuram os “polígonos de vida”⁹ destas famílias que traduzem uma constelação de pólos ativos com diferentes sentidos em função das práticas aí desenvolvidas e de quem as opera: de

9 Noção desenvolvida por Humeau (1995) para se referir ao conjunto de lugares que constituem o espaço percorrido por uma família ou grupo familiar num dado período de tempo.

entrepasto nos percursos de mobilidade a lugares de habitat; de veneração dos mortos a reforço dos laços sociais; de reencontros familiares a espaços de negócio e/ou mendicidade. Fixação e mobilidade geográfica são, pois, dois princípios fundamentais e complementares da organização socioeconómica destas famílias, onde cada um dos pólos assume uma estreita articulação entre si, sendo difícil estabelecer qualquer nível hierárquico entre eles, mesmo quando se cruzam diferentes escalas temporais (quotidianas, ocasionais ou excepcionais).

Apesar da relevância relativamente paritária dos diferentes pólos, para todas as famílias existe um lugar de referência a que sentem pertencer e aspiram poder aí residir, ou seja, não se pode concluir por qualquer tipo de desterritorialização nem por um nomadismo encrustado nos sujeitos. Aliás, a palavra “nómada” está praticamente ausente nas suas narrativas.

Independentemente dos ritmos da mobilidade e da necessidade de conexão entre os diferentes pólos que constituem os “polígonos de vida”, estas famílias aspiram ter um lugar a que possam chamar “casa” e lhes permita ter liberdade de ser, de agir e de entrar em relação. Neste sentido, o espaço surge como um problema a resolver cujo sucesso depende do

capital social e da hospitalidade territorial. Mas sem a oportunidade de se poderem fixar estas famílias sentem-se deslocadas no interior do seu próprio país e privadas do direito à cidade, de acesso ao sistema de ensino, ao mercado de trabalho e às prestações sociais. A instalação no provisório como regime de existência e a gestão da vida na urgência são, pois, as marcas do seu quotidiano, impedindo-as de realizar cálculos e projeções em relação ao futuro a partir de uma base de confiança em si e nos outros.

Bibliografia

Castro, Alexandra (2007), “Dos contextos locais à invisibilização política. Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 15, pp. 63-86.

Castro, Alexandra (2010), “Ciganos e desigualdades sociais: contributos para a inflexão de políticas públicas de cariz universalista”, *Forum Sociológico*, 20, pp. 11-19.

Brazzabeni, Micol (2012), “De bairro em bairro: redes sociais e circulação de uma família cigana em Vila Real de Santo António”, in Pereira Bastos, J. (ed.), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia*, Lisboa, Colibri, pp. 267-278.

Brazzabeni, Micol, Castro, A., Challinor, E. (2014) *A promoção da incondicionalidade dos direitos para as famílias ciganas no âmbito das políticas públicas de habitação social*, Lisboa, CRIA. Disponível em <http://>

Deveremos, pois, interrogar as formas de governação à escala local, pois o território político circunscrito a determinados limites espaciais apresenta paradoxos face às formas de organização social onde a mobilidade espacial está presente. Qual será, então, o território pertinente de exercício de poder face ao território pertinente dos actores sociais, sobretudo, num momento histórico das cidades ocidentais em que se torna difícil proceder à distinção entre habitantes permanentes e temporários?

weproject.unice.fr/publication/recommendations-palavras-que-excluem-portugal

Ferrari, Florencia (2010), *O Mundo Passa: Uma Etnografia dos Calon e suas Relações com os Brasileiros*, Tese de Doutoramento, Departamento de Antropologia Social, USP, São Paulo.

Humeau, Jean-Baptiste (1995), *Tsiganes en France. De l'Assignation au Droit d'Habiter*, Paris, L'Harmattan.

Pontrandolfo, Stefania, Trevisan, Paola (2009), “Presentazione” em Pontrandolfo, S., Trevisan, P. (orgs.) *Dipav – Quaderni. Quadrimestrale di Psicologia e Antropologia Culturale*, Milano, Franco Angeli, N° 24, pp. 7-8.

San Roman, Teresa (1997), *La Diferencia Inquietante. Viejas y Nuevas Estrategias Culturales de los Gitanos*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores.



Em conversa com

D. Orquidea Fonseca

Cigana integrada e com conhecimento das tradições

Percebe-se que a maioria das receitas culinárias não diferem muito das praticadas pelos nossos avós. Desde a açorda `as migas ao feijão com couve ao guisado de frango etc.

No entanto a D.Orquidea refere uma ou duas receitas muito apreciadas pela comunidade ciganas que não se integraram nos nossos costumes.

Feijão com Funcho

Feijão - 1 mão cheia por pessoa, funcho - 1 molho bem consistente, toucinho entremeado, linguiça, xouriço, xispe e azeite

Coloca-se o feijão de molho um dia, cozendo-se no dia seguinte junto com a carne partida aos bocados e reserva. Na água da cozedura junta-se o funcho cortado grosseiramente , juntando-se meia cebola e 2 dentes de alho.

Serve-se como se fosse feijão com couve acompanhando com a carne.

Guiso de Feijão

Receita tradicional de Natal

Feijão, cebola, alho, louro, colorau, cominho, azeite, cravo de cabecinha

Acompanhamento - Peixe frito

Coze-se o Feijão à parte, de seguida faz-se um refogado com azeite, cebola, alho, cravo de cabecinha, salsa, colorau e cominho e junta-se o feijão. Deixa-se apurar o molho e dá-se um golpe de vinagre.

Era tradição haver reunião de 4 , 5 famílias pelo natal e cada uma confeccionar o seu GUISSO DE FEIJÃO, para depois em confraternização nomearem o melhor.

O **Bacalhau frito** também faz parte da noite da consoada das famílias ciganas

Bacalhau, farinha, ovo

Demolha-se o bacalhau. Escorre-se da água e quando estiver seco envolve-se em farinha e passa-se por ovo. Frita-se em óleo.

Nota: Os ciganos não comem carne na noite de "Jesus"

Receita de Ouriço

Ouriço, alho, sal

O ouriço é musgado como o porco. Retiram-se as patas e os lombos, colocam-se a marinar com sal e alho e fritam-se em óleo. A parte das barrigas , denominada "conchina" é cozinha grelhada, uma vez quer deve ficar estaladiça.

O ouriço também se come só com sal e alho grelhado na brasa.

Sopa de Feijão à Cigana

Depois de demolhar o feijão deve cozê-lo muito bem em conjunto com todas as carnes (devem de ser passadas por água para retirar o excesso de sal). As carnes cozidas retiram-se da panela com metade do feijão e reserva-se. No caldo de cozedura cozem-se os legumes e depois tritura-se tudo junto com a metade do feijão que ficou na panela. Acrescenta-se água a gosto, após ferver junta-se massa de cotovelinhos e as couves e o azeite. Deixa-se cozer, rectifica-se o sal. Poderá ser acrescentado 1 caldo de galinha ou carne Knorr. Quando estiver quase cozido acrescenta-se o resto do feijão e deixa-se apurar. Esta sopa é servida bem quente junto com as carnes aos bocadinhos e broa de milho .

Apreciam a doçaria da classe maioritária, no entanto os tradicionais **Pasteis de Mogango** são os que mais apresentam na mesa das festas.

1 kg de abóbora descascada e limpa de filamentos e pevides, 3 ovos, raspa e sumo de 1 boa laranja, 1 cálice de vinho Porto, 300 grs de farinha com fermento, 100 grs de açúcar, 1 colher de chá de canela, sal, óleo, açúcar refinado fino, canela em pó para polvilhar

Coze-se a abóbora num pouco de água com sal, escorre-se muito bem e reduz-se a puré, esmagando-a com as mãos. Volta a escorrer-se muito bem espremendo-a dentro de um pano. Juntam-se os restantes ingredientes ao puré de abóbora sendo as claras batidas em castelo. Com a ajuda de duas colheres de sopa molda-se a massa e deita-se no óleo quente (175°C no máximo para permitir a cozedura da farinha). Escorrem-se sobre papel absorvente e comem-se polvilhadas com açúcar e canela. A abóbora utilizada para os brinhóis é a designada no Alentejo por moganga. É alongada e a polpa é quase vermelha. Na sua falta, usa-se a abóbora-menina.



Mesa Posta ¨ nº5, Julho + 2015
+ 1ª edição + 200 ex.+ edição e
recolha de conteúdos: Oficinas
d o C o n v e n t o
+ edição gráfica Miguel Rocha+
+colaboraram: Tiago Fróis
+Nélia Martins+ + + + + arquivo
d a C M M N ¨
¨ Folha de Montemor ¨ ¨ ¨ ¨
¨ ¨ ¨ ¨ ¨ Município
d e Montemor - o - Novo
e Oficinas do Convento ¨ ¨ ¨
¨ ¨ ¨ ¨ ¨ impressão:
Oficina de Impressão - OC
e CMMN ¨ ¨ ¨ ¨ ¨ ¨

¨ ¨ ¨ Oficinas do Convento-
associação cultural de arte e
comunicação ¨ ¨ ¨ ¨ ¨ ¨
¨ ¨ Carreira de S. Francisco, ¨ ¨
Convento de S. Francisco 7050-160
Montemor-o-Novo ¨ ¨ ¨ ¨
¨ oc@oficinasdoconvento.com www
¨ oficinasdoconvento.com ¨ ¨
¨ ¨ ¨ ¨ ¨ ¨ viveracidade.
oficinasdoconvento.com ¨ ¨

Mesa Posta

Nas zonas rurais de Montemor-o-Novo, quando chegava o Carnaval, as pessoas punham a mesa. Em cada casa enchia-se uma com comida e bebida, e durante dias, por vezes a semana inteira, a porta aberta recebia os visitantes. As pessoas andavam de aglomerado em aglomerado, de monte em monte, visitando amigos e familiares, encontrando outras pessoas, sempre em volta da mesa posta, de enchidos, doces, pratos tradicionais, vinhos e licores locais. Os acordeões e as gaitas acompanhavam as danças, as conversas, os reencontros e os caminhos. Era a altura de dar tempo para visitar e descontrair, com o inverno no fim a primavera abria porta. Com as transformações que o mundo rural sofreu, com a perda de população e alterações nas actividades agrícolas, este hábito foi caindo em desuso, e hoje em dia já não se faz. Sendo uma prática em relação à qual há bastantes memórias, e havendo um grande carinho daqueles que viveram as mesas postas, vamos procurar novos significados e contextos para o dar, oferecer a mesa e celebrar.



Iniciativa



estrutura financiada por



em co-produção com



enquadrado na

